

**TURISMO SOCIAL NA AMAZÔNIA: UMA AVALIAÇÃO ACERCA DO
ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES FÍSICAS E VISUAIS
NOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DE BELÉM, PARÁ, BRASIL**

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega¹
Mayra Aline Pereira da Silva²

Resumo

A necessidade de proporcionar o acesso a serviços básicos e de lazer é uma premissa essencial para a melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos do mundo. O objetivo deste trabalho foi avaliar as condições estruturais dos equipamentos de lazer na cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil. O turismo depende da prestação de serviços e equipamentos capazes de atender a sociedade em caráter satisfatório, seja portador de necessidades especiais ou não. Pesquisadores como Silva & Boia (2006) e Rua (2006), além de documentos técnicos como do Ministério do Turismo – Mtur (2006) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (1994) deram suporte a presente pesquisa. A metodologia utilizada foi baseada em um estudo de caráter descritivo e exploratório para o levantamento de informações e descrição de fenômenos, efetivado por meio de observação dos fenômenos a serem analisados. Na pesquisa de campo foram analisadas se as estruturas edificadas possibilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais. Percebeu-se que as políticas de inclusão social não atendem as necessidades básicas para que os portadores de deficiências possam usufruir dos equipamentos de lazer de forma adequada.

Palavras-Chave: Turismo social, Portadores de Necessidades Especiais, Amazônia brasileira.

¹Mestre em cultura e turismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Brasil), pesquisador do grupo de pesquisa em cultura, turismo e meio ambiente NAEA/UFPA (Brasil), doutorando pela Universidade Federal do Pará – UFPA (Brasil) no programa de desenvolvimento sustentável do trópico úmido. Professor do curso de turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Brasil). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

²Bacharel em Turismo com ênfase em Ecoturismo pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia – IESAM (Brasil), especialista em educação ambiental e uso dos recursos hídricos pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA (Brasil). E-mail: mayra_demais@yahoo.com.br

1. Introdução

Um dos maiores e mais notáveis desafios da sociedade brasileira atual tem sido o enfrentamento das questões de desigualdade e exclusão social em um cenário democrático, que pressupõe a ampla participação do conjunto de atores sociais. Dentre as demandas que se destacam atualmente no turismo, se assinala a busca por acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Hoje, devido ao crescimento de processos que visam à inclusão social, como leis, programas de governo e, divulgação da inclusão em mídia televisiva, o portador de necessidade especial pode trabalhar, ter momentos de lazer, relacionar-se normalmente com a comunidade, ser independente e desfrutar da condição de ser turista.

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a acessibilidade oferecida aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, Estado do Pará. Os objetivos específicos da pesquisa foram: a) Verificar se há infraestrutura adequada para portadores de necessidades físicas e visuais em nove dos principais equipamentos turísticos de Belém-PA; b) Conferir se esses equipamentos possuem os padrões de acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, impostos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; c) Analisar a relação de lazer que os portadores de necessidades físicas e visuais possuem com os equipamentos turísticos avaliados.

A metodologia utilizada foi baseada em um estudo de caráter descritivo e exploratório para o levantamento de informações e descrição de fenômenos, efetivado por meio de observação dos fenômenos analisados; pesquisas bibliográficas; pesquisas de campo; coleta de dados e registros fotográficos.

Para a análise exploratória, foram avaliados seis (06) dos principais equipamentos turísticos de Belém-Pa, sendo eles: Estação das Docas; Forte do Castelo; Mangal das Garças; Mercado do Ver-o-Peso; Museu de Arte de Belém; Museu Paraense Emílio Goeldi. Também foram alvos do objeto deste estudo, o Aeroporto Internacional de Belém e o Terminal Rodoviário de Belém, por se tratar dos principais pontos de entrada e saída dos turistas na cidade.

Com relação ao turismo, é grande a importância de verificar se os principais equipamentos turísticos de Belém-PA oferecem infraestrutura adequada aos portadores de necessidades especiais, pois as análises das condições estruturais desses

equipamentos ora avaliadas podem trazer a tona informações cruciais para a composição de políticas inclusivas no município de Belém e porque não falar do Brasil.

2. O turismo como fator de desenvolvimento econômico e de inclusão social

Muitos pesquisadores discutem o início da atividade turística como uma relação que antecede a efervescência capitalista, ou seja, a partir do advento da Primeira Revolução Industrial. No entanto, foi a partir das contribuições de Thomas Cook, um pastor inglês que em meados do século XIX introduziu técnicas para organização das viagens, hoje difundidas pelo mercado mundial.

Sem dúvida alguma, a maior contribuição de Cook para o turismo está na introdução do conceito de excursão organizada nessa atividade, conhecida hoje com o nome de *packaged Tours* (pacote turístico), pois permitiu que uma grande massa da população tivesse acesso às viagens de férias. O acesso de um quantitativo expressivo de viajantes está associado ao desenvolvimento dos transportes, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, quando o turismo foi impulsionado pela abertura de ferrovias inicialmente na Europa e posteriormente na América do Norte. Paulatinamente, o setor de transportes possibilitou num aumento expressivo das viagens, bem como do barateamento das mesmas. Para Acerenza (2002, p. 68):

O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX marca outro momento significativo na evolução do turismo. A transformação econômica e social decorrente da Revolução Industrial e o conseqüente surgimento de uma classe média e próspera, com novos gostos e necessidades, especialmente no que diz respeito às férias, e favorecida, além disso, pelos rápidos aperfeiçoamentos dos transportes, fez com que aumentasse o número de pessoas que viajassem por prazer.

No Brasil, a atividade turística iniciou o processo de desenvolvimento, embora muito tímida, somente a partir da década de 1920, impulsionada pela construção de estradas de ferro, primeiramente no Sudeste do país, região importante no cenário econômico nacional, com a ajuda dos imigrantes europeus que cultivaram as plantações de café, uma das atividades, até então, com melhores retornos econômicos no cenário

nacional. Esse período de intenso desenvolvimento econômico também foi marcado pelo avanço do processo de urbanização que teve como base a industrialização e a mecanização do campo, o que proporcionou a saída de pessoas do campo para as cidades, ocasionando desenvolvimento de regiões como o Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

De acordo com Rua (2006), o turismo pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social porque agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social. Em primeiro lugar, pela sua própria natureza, o turismo opera pela ruptura do isolamento, provocando o contato entre culturas e ocasionando interações de múltiplos e variados atores sociais. Com isso, propicia o conhecimento e a valorização de determinados ambientes e comunidades. E em segundo lugar, o conhecimento oportunizado caracteriza-se como essencialmente prazeroso, de maneira que as interações se dão em um clima de reduzida tensão, favorecendo o entendimento entre os atores.

Recentemente, o termo inclusão social é corriqueiro na elaboração de diferentes políticas e discursos, seja ele de caráter público ou privado, no entanto, o termo inclusão ainda é recheado de valores, estereótipos e preconceitos. Para Silva e Boia (2006) a inclusão, em todos os setores da sociedade, significa que essa deve, além de garantir espaços adequados para todos, aceitar e valorizar a diversidade humana. É necessário redimensionar o papel do turismo, assumindo, nesse contexto histórico específico, um papel de reorientação dos espaços e atitudes sociais.

Segundo o Ministério do Turismo – MTUR (2006) considera-se deficiente a pessoa que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade. Sendo que as deficiências podem ser classificadas em:

TIPOLOGIA	DEFINIÇÃO
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.
Mobilidade Reduzida	Mobilidade reduzida é a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência. A NBR 9050/2004 da ABNT entende por pessoa com mobilidade reduzida, além da pessoa com deficiência, o idoso, o obeso, a gestante, pessoas com membros acidentados, etc.

Quadro 1. Tipos de deficiência e suas definições.

Fonte: Ministério do Turismo do Brasil (2006).

O termo “Pessoas com Necessidades Especiais” (PNE) tem sido utilizado para indicar aquelas que necessitam de intervenções especializadas em casa, na escola ou na comunidade, devido ao atraso nos desenvolvimentos físico, cognitivo, social ou de linguagem, de intervenções médicas frequentes devido às condições de saúde, de programas pedagógicos individualizados para problemas de aprendizagem, de atendimento extra para as habilidades de vida diária, de auxílio especial para possibilitar

e enaltecer a comunicação, de terapias especiais para melhorar a resistência e a coordenação física, ou por problemas emocionais ou de comportamento persistentes e de equipamentos especiais para aumentar sua mobilidade MILLER (1995).

Diante da diversidade de deficiências é possível observar a dificuldade de empresas públicas e privadas na definição de políticas inclusivas que contemplem de fato os anseios da população deficiente. O que se espera dos diferentes atores que trabalham com o turismo não é a condução de um tipo de turismo voltado para pessoas com necessidades especiais, mas sim propor novas possibilidades para que qualquer pessoa possa ter a experiência da viagem sem confrontar-se com as barreiras físicas e/ou atitudinais (SILVA; BOIA, 2006).

Farias et. al. (2010) aponta a falta de preparo dos profissionais na área do turismo, o que se torna especialmente problemático diante da constatação de que a satisfação do consumidor depende fortemente do desempenho dos funcionários. Para a autora, os profissionais não têm a visão do lazer como instrumento social, mas como atividade de finalidade exclusivamente comercial. Tal visão gera problemas de ordem social, causando dificuldades para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no lazer, uma vez que esses profissionais despreparados – proprietários, gestores, gerentes ou operadores de empresas prestadoras de serviços de lazer – parecem optar por trabalhar com pessoas com plenas capacidades físicas e mentais, por se sentirem mais à vontade com essa escolha.

O Brasil, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do ano de 2000, possui 15% da população portadora de alguma deficiência, o que representa hoje cerca de 28,5 milhões de pessoas com alguma necessidade especial. Para assegurar o direito de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT lançou a NBR 9050/2004, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Segundo esta norma, a acessibilidade é definida como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios

de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (ABNT, NBR 9050/2004, p. 02).

As leis e normas decretadas e sancionadas pelo poder público designadas à proteção dos direitos do portador de necessidades especiais, garantem o pleno exercício de sua autonomia e cidadania, com o intuito de proteger e resguardar seus direitos como pessoa e de acesso a qualquer local, inclusive, para fins turísticos.

3. Apresentação de resultados

O planejamento da atividade turística nas diversas esferas, inclusive na municipal, deverá garantir acessibilidade a toda população, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários, edificações e equipamentos urbanos públicos, dos serviços de transporte públicos e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação. Logo, é possível verificar certa preocupação por parte do poder público em garantir em seus planos e programas a implantação da acessibilidade e inclusão social de portadores de necessidades especiais em locais públicos, com base nas normas impostas por órgãos competentes. Porém, na prática, não é o que se encontra ao visitar os equipamentos turísticos do município de Belém-PA, visto que poucos são os que oferecem acessibilidade aos portadores de necessidades especiais ou às pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e gestantes, por exemplo.

Para a avaliação da acessibilidade foram avaliados seis dos principais equipamentos turísticos de Belém-PA, além do terminal rodoviário e do aeroporto da capital paraense. Pode-se perceber que a maioria possui vários gargalos, isto é, falhas com relação à acessibilidade, causando a exclusão dos portadores de necessidades especiais nos locais apresentados a seguir.

3.1. Forte do Castelo

O primeiro equipamento turístico analisado foi o Forte do Castelo, localizado na Praça D. Frei Caetano Brandão, no Bairro da Cidade Velha, que está tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN desde 1962.

O Forte do Castelo é um equipamento com inúmeras barreiras arquitetônicas, pois por ser uma construção do século XVII, ainda ostenta a arquitetura daquela época, e mesmo após as diversas reformas, o local continua com inúmeras barreiras. Para se ter acesso à orla do Forte do Castelo há uma pequena escada (ver figura 01) o que impossibilita que uma pessoa em cadeira de rodas possa visitar esta parte do local sem o auxílio de outra pessoa.



Figura 01. Acesso à orla do Forte.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.2 Estação das Docas

Localizada na Avenida Boulevard Castilho França, s/nº, a Estação das Docas foi criada a partir da restauração do antigo porto de Belém. O local possui uma média diária de 6000 (seis mil) freqüentadores, público que faz do complexo turístico-cultural um grande centro de lazer na cidade de Belém. No entanto, a presença da acessibilidade no local é razoável, pois o espaço possui elevador, rampas, banheiros adaptados e vagas de estacionamento reservadas aos portadores a deficientes. Porém, as vagas de

Turismo social na amazônia: uma avaliação acerca do acesso aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, Pará, Brasil

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega; Mayra Aline Pereira da Silva

estacionamento são apenas improvisadas, pois não possuem sinalização adequada e nem rampa fixa, e toda a orla da Estação foi construída por paralelepípedos, como se pode visualizar na figura 02, o que dificulta a caminhada de um idoso, e principalmente por uma pessoa cadeirante ou deficiente visual.



Figura 02. Paralelepípedos na orla da Estação.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.3 Mangal das Garças

Localizado na Passagem Carneiro da Rocha, no bairro da Cidade Velha, o Mangal das Garças é o resultado da revitalização de uma área de 40.000 m², no entorno do Arsenal da Marinha. O local reproduz as diferentes macro-regiões da flora paraense: as matas de terra firme, as matas de várzea e os campos.

Apesar de ser um local construído recentemente, a acessibilidade arquitetônica não foi contemplada, sendo que não há banheiros adaptados, placas em braile, e vagas de estacionamento reservadas aos deficientes.

O espaço onde fica localizado o “Museu Amazônia da Navegação” e o “Restaurante Manjar das Garças” possui uma enorme rampa que dá acesso ao mirante, porém antes de se chegar à rampa, há escadas, o que impossibilita um deficiente físico de acessar o local. Os demais espaços como orquidário, viveiros das aningas e borboletário não possuem rampas, porém não é necessário devido à fácil interação com o local. No entanto, para que um deficiente visual pudesse ter maior conhecimento

sobre as espécies encontradas nestes locais, seria importante a implantação de placas em braile para que o local pudesse ser acessível a esta parcela da população.

No interior do Mangal existem algumas rampas improvisadas para auxílio à cadeirantes (ver figura 03). No entanto, estas rampas não seguem as normas de inclinação e padronização impostas pela ABNT.



Figura 03. Rampa no interior do Mangal.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.4 Museu Paraense Emílio Goeldi

O Museu Paraense Emílio Goeldi foi criado em 06 de Outubro de 1866 pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, sendo a mais antiga instituição de pesquisas da região Amazônica. Porém, mesmo com uma significativa demanda de visitantes e já tendo passado por algumas reformas, a acessibilidade a portadores de deficiências ainda é escassa. Apenas o prédio da Rocinha, principal símbolo do Museu Goeldi, adaptou sua estrutura e implantou um elevador para o auxílio a visitação por portadores de deficiência física ou pessoas com mobilidade reduzida. No interior da Rocinha há também banheiros adaptados, porém, o museu não dispõe de rampas de acesso aos viveiros dos animais, apenas uma rampa em uma das entradas do Museu (ver figura 04). Também não há placas em braile para orientar deficientes visuais, o que caracteriza o Museu Emílio Goeldi como um equipamento turístico de difícil acesso

para portadores de necessidades físicas e visuais, por não oferecer acessibilidade adequada para atendê-los.



Figura 04. Rampa em uma das entradas do Museu Goeldi.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.5 Museu de Arte de Belém

O Museu de Arte de Belém funciona no Palácio Antônio Lemos em seu estilo neoclássico é um exemplar da arquitetura da segunda metade do século XIX. Foi construído originalmente para ser a sede da Intendência Municipal. Ficou mais conhecido como o “Palacete Azul”, e atualmente continua abrigando o gabinete da prefeitura municipal de Belém. O Museu de Arte de Belém é um local que possui alguma acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, pois na entrada do prédio há rampas, e um elevador que dá acesso ao segundo piso. Para facilitar o acesso por pessoas deficientes, uma rampa foi instalada na entrada do local (ver figura 05), possibilitando assim que uma pessoa em cadeira de rodas possa ter um acesso seguro e confortável ao museu.

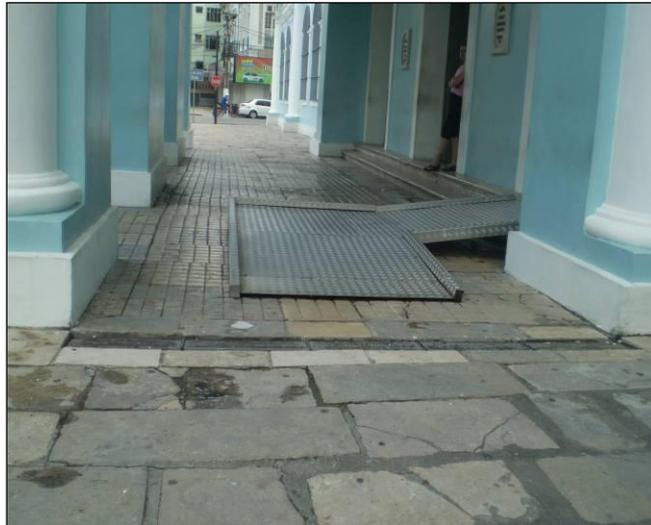


Figura 05. Rampa na entrada do Museu de Belém.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.6 Mercado do Ver-O-Peso

O mercado do ver-o-peso é um dos principais pontos turísticos da cidade de Belém-Pa, situado às margens da Baía do Guajará, a origem do mercado data da segunda metade do século XVII. Em 21 de março de 1688, quando resolveram estabelecer um rígido controle alfandegário na Amazônia, os portugueses criaram um posto de fiscalização e tributos - a Casa do Haver-o-Peso. Em 1977, o complexo foi tombado pelo Instituto Histórico e Arquetetônico Nacional – IPHAN. Apesar de ser o principal cartão-postal da cidade de Belém, o mercado do ver-o-peso não é um local acessível a portadores de necessidades físicas e visuais, pois não possui rampas, nem placas em braile, e não há comerciantes capacitados para interagir com deficientes auditivos. Não há rampas nas calçadas ao redor da feira (ver figura 06), o que dificulta o acesso por pessoas cadeirantes ou idosos.



Figura 06. Calçada do Mercado do Ver-o-Peso.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.7 Terminal Rodoviário de Belém

Inaugurado em 29/07/1970, o Terminal Rodoviário de Belém foi privatizado e atualmente é administrado pela Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. – SINART. Localizado na Avenida Almirante Barroso, o Terminal Rodoviário de Belém possui um público circulante mensal de, aproximadamente, 400 mil pessoas. A acessibilidade no terminal rodoviário de Belém pode ser percebida logo na entrada do terminal, onde há rampas de acesso e vagas de estacionamento reservadas a deficientes e corretamente sinalizadas. Os balcões das empresas rodoviárias são mais baixos, o que proporciona melhor interação com pessoas cadeirantes ou de baixa estatura. O local dispõe, também, de banheiros adaptados e entrada especial para portadores de necessidades especiais no setor de embarque e desembarque para viagens. O portão de embarque/desembarque exclusivo para pessoas deficientes (ver figura 07) ou pessoas com mobilidade reduzida mostra a preocupação do local com o conforto destas pessoas.



Figura 07. Embarque/desembarque para deficientes e idosos.

Fonte: SILVA, M. 2009.

3.8. Aeroporto Internacional de Belém

O Aeroporto Internacional de Belém foi construído em 1959, sendo administrado inicialmente pelo comando da aeronáutica, que em 07/01/74 delegou esta função à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, que foi criada exclusivamente para a administração dos aeroportos brasileiros. O Aeroporto de Belém passou por uma importante reforma e ampliação no ano de 2001, tendo sua estrutura totalmente modificada e atualmente opera com capacidade para atender uma demanda de cerca de 2,7 milhões de passageiros por ano. O Aeroporto de Belém incluiu a acessibilidade arquitetônica em toda sua estrutura, implantando rampas, elevadores, banheiros adaptados e vagas de estacionamento reservadas aos deficientes, o aeroporto ainda possui serviços diferenciais, como o empréstimo de facilidades como: cadeira de rodas, carrinhos de bebê e carrinhos motorizados que auxiliam portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

O balcão de informações da INFRAERO, que presta apoio a passageiros, turistas e usuários do aeroporto, segue as normas impostas ABNT, pois possui uma altura que permite a aproximação de cadeira de rodas e possui atendentes capacitados para se comunicar em língua brasileira de sinais - LIBRAS.

Um dos serviços mais diferenciados do aeroporto oferecido aos portadores de necessidades especiais é o telefone público para surdos (ver figura 08), chamado TDD (*Telecommunication Device for Deaf* – Dispositivo de telecomunicação para surdos), que apesar de ser adaptado, pode também ser utilizado como um telefone público comum. Este aparelho comunica-se com outro igual através de linha telefônica. Possui teclado para envio de mensagens, que serão recebidas por outro aparelho idêntico e a leitura da mensagem é realizada em um visor próprio.



Figura 08. Telefone público para deficientes auditivos.

Fonte: SILVA, M. 2009.

5. Considerações finais

Com o desenvolvimento desta pesquisa foi possível verificar que a cidade de Belém-PA, e principalmente seus equipamentos turísticos, ainda precisam se adequar aos padrões arquitetônicos de acessibilidade e compreender que uma parcela de sua população possui alguma necessidade especial ou mobilidade reduzida, como idosos, gestantes, obesos, entre outras possibilidades, como pessoas em estado provisório ou permanentes de necessidades especiais. Para se adequar a estes padrões é necessário que o poder público e os órgãos responsáveis pelos equipamentos turísticos analisados insiram a acessibilidade na arquitetura destes locais, implantando meios que possibilitem que os portadores de necessidades especiais visitem estes equipamentos e

que possam, segundo a Norma 9050/2004 da ABNT, ter condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos. É necessário que os locais implantem rampas de acesso ou elevadores; banheiros adaptados a deficientes; placas em braile; vagas de estacionamento reservadas a deficientes; e utilização de intérpretes de libras para o auxílio a portadores de necessidades.

A acessibilidade deve ser uma preocupação permanente na atividade turística, pois o turista que tem dificuldade de locomoção nem sempre consegue se hospedar em hotéis, freqüentar praias, restaurantes, casas noturnas, museus e outros equipamentos turísticos devido à falta de acesso físico adequado. Logo, eliminar barreiras de acesso significa garantir espaços que atendam a todas as necessidades especiais e o planejamento de locais de turismo universais e inclusivos. Vale destacar que não é o portador de necessidades especiais que precisa se adaptar à sociedade, mas é a sociedade que deve se adaptar e oferecer serviços e produtos a todos, sem restrições e com respeito à diversidade e diferenças de necessidades entre as pessoas.

6. Referências

- ACERENZA, M. A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru: Edusc, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2004: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2ª Ed. 1994.
- FARIA, M. D.; FERREIRA, D. A.; CARVALHO, J. L. F. **O portador de deficiência como consumidor de serviços de lazer extradoméstico**. Itajaí, Revista Turismo Visão e Ação, v. 12, nº 2, mai.-ago, 2010 pp. 184-203.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do ano 2000**. Brasília, 2000.
- MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações**. Brasília, 2006.
- MILLER, N. B. **Ninguém é perfeito: vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais**. Campinas: Papyrus, 1995.

Turismo social na amazônia: uma avaliação acerca do acesso aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, Pará, Brasil

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega; Mayra Aline Pereira da Silva

RUA, Maria das Graças. Turismo e políticas públicas de inclusão. *In*: Ministério do Turismo - Mtur. **Turismo Social**: Seminário Diálogos do Turismo - Uma Viagem de Inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006, pp. 17-37.

SILVA, Y. F.; BOIA. I. K. Turismo e responsabilidade social: uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. *In*: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. T. (Orgs.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006, pp.3-18.